

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE
LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO – RIO DE JANEIRO

REF: PREGÃO ELETRÔNICO 049/2023

CIRURGICA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 07.626.776/0001-60, localizada à Rua Graça Aranha, 875, barracão 02, sala C, Vargem Grande, Pinhais/PR, neste ato representada pela sua sócia gerente Sr. Maristela Belotto Pelozzo, brasileira, casada, empresária, portadora da cédula de identidade RG sob nº 5.916.363-9, inscrita no CPF sob nº 922.630.709-15, com fulcro no art. 41 e parágrafos da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 e Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, apresentar:

RECURSO

em desfavor do produto ofertado pelas recorrentes LONDRIHOSP IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, com cadastro no CNPJ sob n.º 42.650.279/0001-07, arrematante, bem como em desfavor do produto ofertado do Pregão Eletrônico 049/2023, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

I – DA TEMPESTIVIDADE

A CIRURGICA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI, por intermédio de sua sócia Sr. Maristela Belotto Pelozzo, manifesta de forma TEMPESTIVA o presente Recurso Administrativo, referente ao ITEM 01 da empresa arrematante 049/2023.

21.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, dentro do prazo recursal registrado pelo pregoeiro no Sistema Comprasnet SIASG, motivadamente manifestar, em campo próprio do sistema, a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões.

Diante do exposto, manifesta-se que o prazo de apresentação das razões recursais é tempestivo, portanto, pugna-se pelo o recebimento do presente.

II – DOS FATOS

A CIRURGICA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI, interpõe o presente Recurso referente ao ITEM 01 do Pregão Eletrônico 049/2023, contra a Decisão proferida pelo Sr. Pregoeiro, nos termos das razões a seguir aduzidas.

Trata-se de Licitação Pública na modalidade Pregão Eletrônico, para fornecimento de equipamentos e materiais permanentes: "2.1 Aquisição de ELETROCARDIOGRAFO, para atender às necessidades da Subsecretaria de Atenção Básica e da Estratégia Saúde da Família, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I.

A abertura da disputa de preços do Pregão Eletrônico se deu em 20 de abril de 2023 às 10h00.

Quanto da declaração do licitante vencedor, automaticamente abriu o prazo editalício para manifestação das intenções recursais.

A empresa CIRURGICA, em diante das denominadas Recorrentes, vem respeitosamente perante a Prefeitura Municipal de Nova Friburgo/RJ, por seu representante legal, opor-se à Decisão do Sr. Pregoeiro, face à classificação da empresa LONDRIHOSP IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI no item 01 do certame 049/2023.

Com base nos fatos narrados, a Recorrente demonstrará técnica e juridicamente que a decisão do Sr. Pregoeiro deverá ser reformada.

III – DO DIREITO

A Recorrente ao avaliar as propostas das Recorridas LONDRIHOSP IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI, verificou que o equipamento ofertado no ITEM 01 não atende ao descritivo do edital, ou seja, não está de acordo com as especificações técnicas mínimas exigidas no edital conforme passaremos a demonstrar.

Preliminarmente, destaca-se a descrição do ITEM 02 do edital:

ELETROCARDIOGRAFO: Modelo: Portátil, digital Tipo: Display Lcd, 12 Canais, conexão USB e software cabo interface. 12 Derivações Simultâneas; Memória com capacidade de no mínimo 100 Exames; Voltagem: 220V Funções: Conexão C/ Pc, Software E Cabo Interface Acessórios: Bateria Interna Recarregável; deve acompanhar 1 cabo paciente 5 vias; 1 cabo paciente 10 vias; bateria e cabo de força. Alimentação: Bateria/Rede Elétrica.

Avaliando a proposta apresentada pela empresa LONDRIHOSP IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI, observa-se que a mesma oferta o Eletrocardiógrafo da MARCA COMEN MODELO CM1200B.

Gostaríamos primeiramente de esclarecer que MODELO CM1200B NÃO POSSUÍ 12 CANAIS E SIM 12 DERIVAÇÕES.

Veja Srs. Julgadores, a proposta da licitante em questão merece ser imediatamente desclassificada, haja visto que a mesma não apresenta claramente qual equipamento está ofertando. Não sendo esse o entendimento dessa respeitosa comissão de licitação, passemos a analisar o catálogo que a LONDRIHOSP apresentou no certame.

Chamamos a atenção da comissão de licitação para o catálogo apresentado na plataforma COMPRASNET, veja que mais uma vez a empresa LONDRIHOSP apresenta informações:

ELETCARDIOGRAFO DE 12 DERIVAÇÕES/CANAIS, para que fique claro, DERIVAÇÕES e CANAIS são duas coisas distintas, edital solicita 12 CANAIS, e em seu catálogo a LONDRIHOSP informa 12 DERIVAÇÕES, lembrando que até um ELETROCARDIOGRAFO de 3 CANAIS, faz a leitura de 12 DERIVAÇÕES, o que prova mais uma vez que a licitante ora recorrida está ofertando equipamento divergente ao do edital, para que possa entregar QUALQUER MODELO de equipamento registrado na ANVISA.

O edital solicita " ... Ecg de 12 canais interpretativos..."
Analisando o manual da ANVISA do equipamento CM1200B <https://consultas.anvisa.gov.br/#/saude/25351167306201318/?numeroRegistro=80047300498>, podemos constatar na página 57 que o equipamento não realiza a ANALISE INTERPRETATIVA das 12 DERIVAÇÕES, prova disso podemos constatar ainda na página 57 no item 5. Precisão das declarações interpretativas do diagnóstico de contorno, senão vejamos:

Veja Sr. Pregoeiro, fica comprovado que o equipamento não apresenta outros diagnósticos além do enfarte do miocárdio antigo, enfarte do miocárdio agudo, isquemia do miocárdio aguda, ou seja, mais uma vez fica comprovado que a proposta da empresa LONDRIHOSP merece ser imediatamente desclassificada.

O edital solicita "... g) Alimentação de energia feita por cabo USB, e ou bateria e ou rede elétrica e um equipamento portátil e não convencional.

Mais uma exigência a qual o equipamento CM1200B, não atende ao solicitado em edital.

Resta claro e comprovado que o equipamento ofertado marca:COMEN modelo:CM1200B, não atende ao solicitado em edital, merecendo mais uma vez a licitante LONDRIHOSP ter a vossa proposta comercial desclassificada no item 01 do presente certame.

Em observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, a recorrente requer a desclassificação da licitante LONDRIHOSP IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI, no item 01 do presente certame e a sua inabilitação no mesmo, vez que não pode a Administração Pública fixar no edital a forma e o modo de participação e no decorrer do procedimento afastar-se do estabelecido, pelo que é questão de JUSTIÇA serem desclassificadas.

IV - DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA PARA A DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DAS EMPRESAS LONDRIHOSP IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI, DO PRESENTE CERTAME.

Vê-se, portanto, que a proposta comercial, catálogo e documentos de habilitação da empresa LONDRIHOSP IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI, foi apresentada em evidente desacordo com as prescrições editalícias. Assim sendo, resta evidente que a proposta da empresa ora contestada merece sofrer obrigatória desclassificação e inabilitação no presente certame face ao claro descumprimento das exigências do edital norteador desta licitação, sob pena de violação inquestionável aos princípios da vinculação ao edital e do julgamento objetivo, sob os quais deve pautar-se todo e qualquer procedimento licitatório.

Vejamos o que prescreve o art. 43 da Lei de 8.666/93, in verbis:

"Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

...

V - julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital; ..."

Assim, utilizar-se de outros critérios ou modificar os já existentes implicaria em integral afronta ao imperioso princípio do julgamento objetivo.

Vejamos, então, o que diz o Professor Toshio Mukai, in O novo estatuto jurídico das licitações e contratos administrativos, p. 22.

"O princípio do julgamento objetivo exige que os critérios de apreciação venham prefixados, de modo objetivo, no instrumento convocatório, de tal modo que a comissão de julgamento reduza ao mínimo possível seu subjetivismo."

No mesmo diapasão, vejamos o entendimento de Roberto Ribeiro Bazzili e Sandra Julien Miranda, in Licitação à Luz

do Direito Positivo, p.56, ao dissertar sobre o julgamento objetivo nas licitações:

"Finalmente, para a plena efetivação do princípio em comento o julgamento deve ser realizado com observância dos fatores exclusivamente previstos no ato convocatório. Não basta, pois, a fixação do critério de julgamento; é preciso, ainda,

que sejam previstos os fatores que serão considerados no julgamento, ajustados aos fins almejados pela Administração Pública. Na atual Lei 8.666, de 1993, estes não estão elencados, devendo, pois, ser fixados no ato convocatório. Contudo, uma vez estipulados no ato convocatório, o julgamento dar-se-á unicamente de acordo com eles."

Como visto, o julgamento das propostas não pode dissociar-se, em momento algum, dos critérios objetivos estabelecidos no edital, sob pena de desviar-se do julgamento objetivo.

Ora, o que almeja a empresa Recorrente é que este Ilustríssimo Pregoeiro realize julgamento das propostas em conformidade com os ditames editalícios, ou seja, requer a recorrente que este o Pregoeiro baseie sua decisão de acordo com os preceitos e condições constantes no ato convocatório desta licitação.

É neste tocante que incide precisamente o princípio da vinculação ao edital, o qual deve nortear todo e qualquer procedimento licitatório, conforme preconiza o art. 3º da Lei de Licitações. Os mesmos princípios foram contemplados no art. 5º do Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, que aprovou o regulamento federal para a modalidade de licitação denominada Pregão na forma Eletrônica, como se vê in verbis:

"Art. 5º A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade."

Assim, por esses princípios, a Administração Pública (por meio do Pregoeiro e da Comissão de Licitação) e participantes do certame devem pautar as suas ações pelos termos do instrumento convocatório, ou seja, não podem agir, sob pena de violação à legislação vigente, nem além nem aquém do estabelecido no ato convocatório.

Aliás, uma faceta desse princípio encontra-se prevista no art. 41 da Lei de Licitações, ao prever que a Administração não pode deixar de atender às normas e condições do edital, posto achar-se plenamente vinculada ao mesmo. Vejamos:

"Art 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada"

CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELO, em seu festejado Curso de Direito Administrativo, ratifica in totum esse posicionamento legal, ao asseverar que:

"O princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame ..." .

Nessa linha de raciocínio, admitir que a Administração não se obrigue a cumprir com o que está explicitamente disposto no edital, significa, em outras palavras, desrespeitar ou fulminar claramente com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

A propósito, qualquer valorização, além do expressamente disposto no edital, importará na maculação ao referenciado princípio do julgamento objetivo, atribuindo-lhe conotação flagrantemente subjetiva.

Assim sendo, conforme a farta demonstração acima delineada, torna-se imperiosa a desclassificação e inabilitação das empresas LONDRIHOSP IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI, no presente certame, face a comprovação do não atendimento de sua proposta aos termos do edital, sob pena de violação aos referenciados princípios da vinculação ao edital e do julgamento objetivo.

V – DO ENCAMINHAMENTO A JUNTA DE RECURSOS

Subsidiariamente, caso a decisão recorrida não seja reformada, remeta o presente Recurso à apreciação da autoridade competente, nos termos do Art. 109, § 4º, da Lei 8.666/93.

"Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

...

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade."

Por fim, caso o procedimento não seja garantido pela Douta Comissão de Licitação, o presente recurso será encaminhado aos órgãos fiscalizadores.

VI – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer que esse ilustre Pregoeiro se digne:

- a. O recebimento do presente recurso, tendo em vista que o prazo das razões recursais é tempestivo;
- b. Não obstante a Recorrente admita a competência e notório saber jurídico do Senhor Pregoeiro bem como da

Equipe Técnica, data venia, a Decisão deverá ser reformada, procedendo à desclassificação e inabilitação da licitante LONDRIHOSP IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI, no presente certame tendo em vista as desconformidades apresentadas;

c. Seja dado provimento ao presente Recurso, pela Comissão de Licitação, a fim de promover a DESCLASSIFICAÇÃO e INABILITAÇÃO da empresa LONDRIHOSP IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI, por ser um princípio de justiça;

d. Subsidiariamente, caso a decisão recorrida não seja reformada, remeta o presente Recurso à apreciação da autoridade competente, nos termos do Art. 109, § 4º, da Lei 8.666/93;

e. Por fim, caso o procedimento não seja garantido pela Douta Comissão de Licitação, o presente recurso será encaminhado aos órgãos fiscalizadores.

Termos em que, pede deferimento.

Pinhais, 24 de ABRIL de 2023.

ASSINATURA: MARISTELA BELOTTO PELOZZO

CPF:922.630.709-15

Fechar